

ANA CAROLINA HOHMANN



**DIREITO  
ADMINISTRATIVO  
GLOBAL E DESENVOLVIMENTO**

**Ingresso de IED em infraestrutura no Brasil**

**Ana Carolina Hohmann**

**FORUM**

**DIREITO  
ADMINISTRATIVO  
GLOBAL E  
DESENVOLVIMENTO**

**INGRESSO DE IED EM  
INFRAESTRUTURA NO  
BRASIL**

A presente obra propõe a recepção do Direito do investimento estrangeiro, compreendido como Direito Administrativo global, para a disciplina do investimento internacional no Brasil, como forma de estimular o ingresso de investimento estrangeiro direto em território nacional – em especial daquele destinado a projetos e obras de infraestrutura, com o escopo de fomentar o desenvolvimento. O tema adquire especial relevância dada a ausência de regulamentação brasileira específica em matéria de investimento estrangeiro e da não adesão pátria formal aos acordos de promoção e proteção recíproca de investimentos. O Direito Administrativo global vem suprir essa lacuna, ao trazer uma normatividade específica sobre a matéria – o Direito do investimento estrangeiro –, propondo sua recepção às relações Estado hospedeiro – investidor alienígena. Tal normatividade, embora não originária do Direito nacional, com este dialoga, informando-o e conferindo maior densidade à regulamentação do investimento estrangeiro. A existência de uma base normativa sólida colabora para a criação de um ambiente mais confiável para o investidor e confere maior segurança jurídica para os investimentos – fatores de grande importância em se tratando de investimentos que se prolongam por um largo período de tempo, como são aqueles relacionados à infraestrutura.

**Área específica**  
DIREITO ADMINISTRATIVO.

**Áreas afins**  
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, DIREITO  
PÚBLICO, DIREITO DO INVESTIMENTO.

**Público-alvo/consumidores**  
DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL,  
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO,  
INFRAESTRUTURA, DIREITO INTERNACIONAL.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10003567

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

H719d	Hohmann, Ana Carolina
	Direito administrativo global e desenvolvimento: ingresso de IED em infraestrutura no Brasil / Ana Carolina Hohmann. - Belo Horizonte : Fórum, 2023. 384p. ; 14,5cm x 21,5cm.
	Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-514-0
	1. Direito Administrativo Global. 2. Investimento estrangeiro direto. 3. Infraestrutura. 4. Direito Internacional. I. Título.
2023-295	
	CDD 341 CDU 341

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

HOHMANN, Ana Carolina. *Direito administrativo global e desenvolvimento: ingresso de IED em infraestrutura no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 384p. ISBN 978-65-5518-514-0.

**Ana Carolina Hohmann**

Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogada e consultora, leciona em cursos de graduação e pós-graduação.

INTRODUÇÃO .....	7
CAPÍTULO 1	
O RECONHECIMENTO DE UM DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL .....	15
1.1 O surgimento do Direito Administrativo Global.....	19
1.2 O espaço global e os atores do Direito Administrativo Global.....	26
1.2.1 Formas de atuação dos diversos atores no espaço global .....	36
1.3 Características do Direito Administrativo Global .....	42
1.4 Princípios do Direito Administrativo Global .....	50
1.5 A implementação, dificuldades e possibilidades do Direito Administrativo Global .....	60
1.6 Conclusões preliminares .....	72
CAPÍTULO 2	
O DIREITO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO: ESPÉCIE DE DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL.....	75
2.1 Sobre a definição de investimento estrangeiro direto e seus elementos .....	77
2.2 Fontes de Direito do Investimento Estrangeiro .....	90
2.3 Os acordos para promoção e proteção recíproca de investimentos....	98
2.3.1 Características dos acordos de promoção e proteção recíproca de investimentos.....	100
2.3.2 Resolução de conflitos em matéria de investimento estrangeiro: a arbitragem no Centro Internacional para a Solução de Controvérsias sobre Investimentos.....	104
2.4 Princípios do Direito do Investimento Estrangeiro.....	109
2.4.1 Princípio da nação mais favorecida .....	111
2.4.2 Princípio do Tratamento Nacional.....	114
2.4.3 Princípio do tratamento justo e equitativo .....	119
2.4.4 Princípio da manutenção das expectativas legítimas.....	126
2.4.5 Princípio da limitação da desapropriação .....	129
2.4.6 Princípio da vedação a medidas arbitrárias e/ou discriminatórias ...	135
2.4.7 Princípio da observância do procedimento adequado .....	136
2.4.8 Princípio da motivação .....	138
2.5 Dificuldades que permeiam o atual regime do Direito dos Investimentos, fundado nos APPRIs.....	140
2.6 O Direito do Investimento Estrangeiro como Direito Administrativo Global .....	149
2.7 Síntese parcial .....	153
CAPÍTULO 3	
A BAIXA DENSIDADE NORMATIVA EM MATÉRIA DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO DIREITO BRASILEIRO.....	157
3.1 A normatividade brasileira incidente sobre os investimentos estrangeiros diretos em território nacional.....	157
3.2 A participação do Brasil em tratados de investimento .....	171
3.2.1 Os Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos firmados pelo Brasil .....	183
3.3 Contexto político brasileiro e investimento estrangeiro .....	192
3.4 Síntese parcial .....	206

CAPÍTULO 4	
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO, DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA .....	211
4.1 Conceção de desenvolvimento .....	211
4.2 Investimento estrangeiro direto e desenvolvimento .....	215
4.2.1 Consequências do investimento estrangeiro direto para o desenvolvimento .....	217
4.2.2 Os APPRIs e o desenvolvimento advindo do investimento estrangeiro direto .....	227
4.2.3 A modulação dos APPRIs e a persecução do investimento estrangeiro de qualidade .....	230
4.3 Investimento em infraestrutura e desenvolvimento .....	240
4.4 Potenciais riscos a que está sujeito o investimento estrangeiro .....	249
4.4.1 Aspectos políticos .....	249
4.4.2 Aspectos normativos .....	254
4.4.3 Poder Judiciário .....	259
4.4.4 Corrupção .....	262
4.5 A atração do investimento estrangeiro .....	274
4.6 Síntese Parcial .....	281
CAPÍTULO 5	
INFRAESTRUTURA NO BRASIL E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO .....	283
5.1 Panorama e perspectivas da infraestrutura no Brasil .....	285
5.1.1 Rodovias .....	295
5.1.2 Ferrovias .....	297
5.1.3 Portos e hidrovias .....	299
5.1.4 Aeroportos .....	301
5.1.5 Saneamento básico .....	302
5.1.6 Energia elétrica .....	304
5.2 Modalidades contratuais para a execução dos projetos de infraestrutura no Brasil .....	305
5.3 A atração do investimento estrangeiro no Brasil – dificuldades e potenciais soluções .....	318
5.4 Síntese parcial .....	344
CONCLUSÃO .....	345
REFERÊNCIAS .....	355